

Jefferson Rudy/Agência Senado



Collor era senador quando se iniciou o processo

Collor está preso, 33 anos depois do impeachment

Ex-presidente está preso em penitenciária de Maceió

Por Rudolfo Lago

Quando era presidente da República, o ex-presidente Fernando Collor costumava sair para correr nos arredores da sua residência em Brasília, a Casa da Dinda, com camisetas que ostentavam frases com as quais passava recados à população. Em uma das últimas vezes em que fez isso, fustigado pelas acusações que pululavam da CPI do PC e que levariam ao seu impeachment, ele foi correr com uma camiseta que dizia: “O Tempo é o Senhor da Razão”.

De fato, tempo parece algo muito relacionado à trajetória de Fernando Collor. Trinta e três anos depois daquele momento, desde a madrugada de sexta-feira (25), Collor está preso. Por ser ex-presidente, ele se encontra numa cela individual na ala especial da Penitenciária Masculina Baldo-mero Cavalcanti de Oliveira. Sua situação especial lhe permite a regalia da cela individual em um presídio com superlotação, hoje com mais de 400 presos além da sua capacidade máxima.

Quando sofreu impeachment, em 1992, Collor não foi preso. Naquela ocasião, ao contrário do Senado, que cassou o seu mandato, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou não haver elementos de prova suficientes para a sua condenação. Assim, depois de cumprir os oito anos de inelegibilidade decorrentes da cassação, Collor voltou a vida política, elegendo-se senador por dois mandatos em 2007.

Primeiro

Além do tempo, outra característica importante da trajetória de Collor é ser o primeiro. Ele foi o primeiro presidente da República eleito pelo voto direto dos eleitores após os mais de vinte anos de ditadura militar. Em 1989, Collor recebeu no segundo turno 35 milhões de votos, e venceu seu adversário, o hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Foram dois anos de presidência extremamente conturbada, marcada por episódios como o confisco das contas bancárias de todos os brasileiros no malfadado



Collor foi o primeiro presidente eleito após a ditadura

plano Collor. E por pesadas disputas políticas e familiares. Que culminaram a com a denúncia, feita pelo seu próprio irmão, de que havia um esquema de corrupção em seu governo, comandado pelo tesoureiro da sua campanha, Paulo Cesar Farias, conhecido como PC. As denúncias resultaram na convocação da CPI do PC, que deslindou o esquema, levando o Senado a julgar Collor, cassando o seu mandato.

De primeiro presidente eleito pelo voto direto, Collor tornava-se, assim, o primeiro presidente da República deposto por um processo de impeachment.

A condenação decorrente da prisão agora acrescenta a terceira condição de primeiro na trajetória de Collor. Como já tinha antecedido o Correio da Manhã, caso venha a ser condenado ao final do processo que responde por tentativa de golpe de Estado, Jair Bolsonaro não será o primeiro ex-presidente condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Essa prerrogativa é de Fernando Collor. Lula, também ex-presidente, foi condenado pela Justiça comum, no caso pelo ex-juiz e hoje senador pelo Paraná Sergio Moro (União-PR), condenação depois anulada pela Justiça por conta do en-

tendimento de que teria havido conluio entre Moro e procuradores para a condenação.

Senador

A condenação de Collor pelo STF decorreu do fato de seu processo ter se iniciado quando era senador. No caso, pode entrar no seu currículo um “último” em vez de primeiro. Ele pode ser um dos últimos presos como decorrências investigações da Operação Lava Jato. Como seu processo sempre correu no Supremo, por conta do foro especial, com relação a ele não foram identificados os vícios que anularam as condenações que aconteceram no Paraná com Moro e os procuradores.

Collor foi condenado a oito anos e dez meses de prisão por um esquema de corrupção descoberto no âmbito da investigação na BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras. Segundo a acusação, ele teria poder político, com indicações, de interferir na troca de bandeiras de postos de combustível. E, por essa interferência, teria recebido R\$ 20 milhões de propina entre 2010 e 2014. Seu envolvimento surgiu a partir da delação premiada feita pelo ex-presidente da empreiteira UTC Ricardo Pessoa. E confirmada com outras provas e documentos.

Dino cobra Sóstenes após fala sobre emendas

O ministro do STF Flávio Dino determinou, neste domingo (27), que o deputado Sóstenes Cavalcante, líder do PL na Câmara, preste esclarecimentos, no prazo de 48h, a respeito de declarações sobre a gestão de emendas parlamentares de comissão. A decisão foi tomada após o parlamentar afirmar, ao jornal O Globo, que “poderia romper um acordo interno e assumir o controle in-

tegral dos recursos dos colegiados presididos por seu partido.”

A fala de Sóstenes foi interpretada como um possível movimento de pressão sobre o presidente da Câmara, Hugo Motta, em meio à tentativa de destravar a tramitação da urgência do PL que anistia envolvidos nos ataques de 8 de janeiro. A votação da urgência, inicialmente prevista, foi adiada por Motta na última quinta-feira

(26), gerando descontentamento na base bolsonarista.

De acordo com a estrutura atualmente descrita pelos parlamentares, o acordo interno estabelece que 30% das emendas de comissão fiquem sob controle do partido que preside o colegiado, enquanto os outros 70% são redistribuídos pela Presidência da Câmara entre as demais siglas. A ameaça de Sóstenes indicava que

Tempo

Novamente, o tempo é a razão pela qual Collor só veio a ser preso agora. O STF determinou a sua condenação em agosto de 2023. E, desde então, ele vinha conseguindo protelar o momento da decisão, com recursos e embargos.

O último desses recursos foi negado pelo ministro Alexandre de Moraes na sexta-feira. No recurso, os advogados de Collor argumentavam que a pena imposta a ele seria maior do que a média dos votos dados pelos ministros. Queriam que a pena fosse imposta a partir das posições dos ministros que tinham considerado punição mais leve, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Nunes Marques e André Mendonça. O STF já tinha negado um recurso no mesmo sentido. Os advogados entraram com um embargo. Moraes considerou que o novo recurso tinha “intenção procrastinatória” e o negou. Como era o último recurso possível, ele determinou a prisão de Collor.

A decisão de Moraes ainda precisa ser referendada pelos demais ministros. Na mesma sexta-feira, tal julgamento começou no plenário virtual. Num primeiro momento, Gilmar Mendes, que tinha votado por uma pena menor, quis levar o julgamento para o plenário físico. Como, porém, já havia maioria pela decisão de Moraes (com quatro votos: além de Moraes, Luís Roberto Barroso, Edson Fachin e Flávio Dino), ele recuou. O julgamento, então prosseguirá nesta segunda-feira (28) pelo plenário virtual.

A decisão de Moraes determina que a prisão acontecesse mesmo antes de os demais ministros manifestarem seus votos. Mesmo já com a maioria, não se pode afirmar agora por quanto tempo o ex-presidente ficará preso. Collor tem 75 anos, e seus advogados alegaram que ele teria problemas de saúde, como doença de Parkinson, apneia do sono e transtorno afetivo bipolar. Mas, curiosamente, na audiência de custódia, Collor negou ter qualquer doença ou tomar qualquer remédio.

A decisão sobre seu destino prossegue. O tempo será o senhor da razão.

o PL poderia, em resposta ao adiamento, gerir 100% dos valores nas comissões sob seu comando.

Na sexta-feira (25), Dino já havia dado prazo de 10 dias úteis para que a Câmara e o Senado informassem ao Supremo como pretendem organizar os registros de autoria das emendas de comissão e de bancada, como forma de garantir maior transparência na execução orçamentária.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Números mostram queda de quase 10%

Depois de Trump, chegada de turistas aos EUA caiu

Pelo jeito, além de imigrantes, o governo de Donald Trump também anda espantando turistas. Dados oficiais revelam que, no primeiro trimestre deste ano, o número de chegadas de estrangeiros nos Estados Unidos caiu 9,6% em relação ao mesmo período do ano passado.

A maior diminuição, de 26,7%, foi na chegada de mexicanos, mas houve

também quedas significativas no desembarque de cidadãos de países não associados à imigração ilegal, como Alemanha (-20,5%), Espanha (-15,7%), Austrália (-13,4%) e Japão (-12,1%).

A percentual de brasileiros que chegou por lá aumentou 3,1% — presidente da Embratur, Marcelo Freixo atribui o crescimento pela atração representada pela Disney.

Hermanos 1

O maior aumento nas chegadas foi de argentinos — um pulo de 47,6%, sinal de recuperação econômica depois de um longo período de retração. Mas nossos vizinhos representam apenas 1,7% dos estrangeiros que foram para os EUA no período (brasileiros são 3,7%).

Hermanos 2

A vinda de cidadãos argentinos para o Brasil também explodiu no mesmo período — 96,2%, segundo a Embratur. Foram 1,982 milhão, 53,5% dos estrangeiros que vieram para país. O percentual de chegada de chilenos aumentou 29,8%; de americanos, 27,7%.

Divulgação/Embratur



Para Freixo, números indicam tendência

Menos europeus nos Estados Unidos; mais no Brasil

Os números mostram que, diferentemente do que ocorreu no caso de desembarques nos EUA, houve um aumento na chegada ao Brasil de turistas de países europeus como França (24,2%), Reino Unido (17,3%), Itália (12,2%) e Alemanha (9,9%). Freixo diz que não dá para bancar que parte desses turistas trocou os EUA

pelo nosso país — mas, para ele, os dados revelam que isso não pode ser descartado.

Dados para os próximos seis meses da plataforma ForwardKeys, que monitora viagens aéreas internacionais, indicam que a venda de passagens da Argentina para o Brasil subiu 119,8%; da Colômbia, 105,9%; do Uruguai, 84,1%.

Definição

Um novo round no estica e puxa em torno da anistia está marcado. Em conversa com o líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), prometeu para hoje uma definição sobre o encaminhamento a ser dado ao projeto.

Relator

Motta disse que pensaria no assunto na volta da viagem a Roma — ele integrou a comitiva do presidente Lula que acompanhou o sepultamento do papa Francisco. Sóstenes quer que o presidente da Câmara indique, pelo menos, um relator para o projeto.

Pressão

O líder do PL disse a Motta que está impedindo atitudes radicais. Ressaltou que parentes de presos e parlamentares querem promover greve de fome e que deputados como Nicholas Ferreira (MG) ainda não estão fazendo campanha em redes sociais contra a demora.

Reação

Muita gente na Câmara torceu o nariz para o ofício em que Cristiano Zanin, do STF, diz que a Casa só pode suspender parte do processo contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), acusado de golpismo. O ministro passou a ser acusado de interferência no Legislativo.